



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

COMISSÃO ORGANIZADORA ESTATUINTE
1ª CONFERENCIA LIVRE

EIXO 1: UNIVERSIDADE, PRINCÍPIOS E FINALIDADES

Com este material, a Comissão Organizadora pretende provocar o debate sobre os princípios e finalidades da Universidade Pública, especialmente em sua inserção na Amazônia; tal debate, juntamente com os das demais Conferências Livres, deve subsidiar a elaboração do Documento Referência I (DR-I), a ser problematizado mais uma vez nas Conferências Regionais, quando será gerado o Documento Referência II. O material se compõe de um texto problematizador para cada subitem, seguido de elaborações já existentes em estatutos de conhecidas universidades brasileiras e amazônicas.

Comissão Organizadora da Estatuinte:

Amanda Gomes Mota (TAEs)
Ana Cristina Viana Campos (Docente)
Ana Lucia Costa Souza (TAEs)
Carlos Gabriel Moreira de Souza (Discente)
Elen Lima Ivo (TAEs)
Fabiano Junior da Silva (Discente)
Glaucia de Sousa Moreno (Docente)
Hildete Pereira dos Anjos (Docente)
João Batista da Silva Imbiriba (TAEs)
José Elisandro de Andrade (Docente)
Liliane Batista Barros (Docente)
Maria Célia Vieira Da Silva (Docente)
Miriam Alves de Oliveira (TAEs)
Priscila Albuquerque de Souza (Discente)
Ravell dos Santos Oliveira (Discente)
Vitor de Souza Castro (TAEs)

a) Concepção de universidade/ princípios e finalidades**Texto problematizador**

[...] Penso eu que nosso desafio, hoje, é o papel que a universidade pública deve desempenhar. Defendo uma idéia que Pierre Bourdieu defendia, através da Association de Réflexion sur les Enseignements Supérieurs et la Recherche (ARESER), que congregava vários pesquisadores e intelectuais da França. Essa Associação de reflexão sobre ensinamentos superiores e a pesquisa editou vários livros acerca da universidade francesa e os dilemas que ela enfrentava. O que eu entendo, evidentemente sem fazer uma transposição mecânica dos documentos franceses para a situação brasileira, sobre o nosso papel enquanto docentes e profissionais universitários é, de início, uma luta intensa pela valorização e preservação do espaço público, espaço esse laico, gratuito e de qualidade (ou de excelência). Uma luta necessita ser desencadeada para que se editem boas publicações, obras clássicas a preços extremamente reduzidos, e que fossem amplamente difundidas; que tivéssemos professores bem preparados, que mantivessem seus grupos de pesquisa, absorvendo boa parte dos alunos, graduandos, mestrandos e doutorandos, mas que também houvesse espaço para aqueles professores que também realizam trabalho de qualidade, mas são ensaístas. Ainda existe muita gente boa que trabalha desta forma. Ou seja, a universidade necessita abranger toda uma diversidade de comportamentos e de concepções que não se encontra em outras instituições. Em essência, é um espaço que, embora com todos os problemas que se enfrenta, dificilmente alguém vai encontrar em outro espaço certos graus de liberdade, como na universidade. Vamos qualificar um pouco o que nós chamamos de liberdade. Há um lado burocrático da universidade que se torna chato e desagradável, que são as provas, os trabalhos, a obrigatoriedade de cumprir uma grade curricular que nem sempre tem sentido (ou é assim entendido). Em suma, todo esse conjunto de tarefas e de obrigações, que qualquer pessoa que tenha passado pela universidade sabe do que estou falando, se constituem em constantes pontos de tensão e de conflito. Tudo isso ocorre, gerando, por vezes, uma grande antipatia pela instituição universitária. Todavia, simultaneamente, é possível encontrar tomadas de posição teóricas, acadêmicas ou mesmo políticas, distintas e contraditórias, que não são freqüentes em outros espaços [...] Vou fornecer um exemplo bastante concreto: eu dava aulas na USP, para as turmas de Pedagogia e, numa determinada classe, havia um professor que ministrava uma disciplina que era o equivalente à metodologia de pesquisa. O curso era o mais positivista possível, era terrível, do meu ponto de vista.

1 Mas havia também psicologia, lecionada por um freudiano (no ano seguinte
2 era um lacaniano). Havia na grade curricular gente com concepções
3 behavioristas, eu ministrava seminário sobre a introdução do taylorismo em
4 vários países etc., além de outros historiadores, sociólogos, práticos de
5 ensino... Ou seja, a diversidade (e a liberdade) era grande, com o confronto
6 de várias escolas de pensamento. Acredito que é dessa maneira que se deve
7 dar a formação intelectual, no caso, dos futuros professores.

8 Quando vocês se graduarem, ou se licenciarem, se não forem fazer
9 mestrado ou doutorado, deverão enfrentar de imediato o mercado de
10 trabalho. As organizações ou instituições não vão pagar a ninguém para
11 experimentar, para ver se dá certo ou não, para testar algo. A atuação de
12 vocês raramente poderá conviver com o erro. Assim, entendo que a
13 universidade ainda é esse espaço de liberdade, você ainda tem condições,
14 de alguma forma, de mergulhar em alguns temas, pode discuti-los,
15 aprofundá-los.

16 Assim, encaminhando para o final de minha fala, recupero algumas
17 linhas gerais de meu pensamento sobre o tema da presente palestra. A meu
18 juízo, a universidade deve ter voz ativa na sociedade, ela não pode
19 simplesmente atender às demandas do mercado de maneira automática,
20 porque não é preparada ou estruturada para isso. Mas ela pode, entretanto,
21 dialogar com o mercado, uma vez que possui competência para isso, ela gera
22 conhecimento de ponta. Mas ao mesmo tempo, ela necessita de um
23 processo de longa duração para que tal conhecimento seja produzido e para
24 formar um bom pesquisador. Aquilo que falamos anteriormente é um
25 processo lento e custoso. Em algumas áreas do conhecimento, talvez uma
26 formação mais “rápida” possa ocorrer, mas em humanidades eu não vejo
27 como. As pessoas são formadas em processos dotados de longas
28 sedimentações, lentamente. Alguém que começa a tocar violão, no início,
29 tem que colocar esparadrapo nas mãos; depois, aos poucos, o calo vai se
30 formando... (CATANI, 2008, p.12-13).

32 **Elaborações de universidades brasileiras:**

33 **DEFINIÇÃO DE UNIVERSIDADE**

- 34 • A Universidade Pública é expressão da sociedade democrática e pluricultural,
35 inspirada nos ideais de liberdade, de respeito pela diferença, e de
36 solidariedade, constituindo-se em instância necessária de consciência crítica,
37 na qual a coletividade possa repensar suas formas de vida e suas organizações
38 sociais, econômicas e políticas (Estatuto da UFRGS)
- 39 • é pessoa jurídica de direito público, estruturada na forma de autarquia de
40 natureza especial, dotada de autonomia didático-científica, administrativa,
41 disciplinar e de gestão financeira e patrimonial, nos termos do art. 207 da

1 Constituição Federal de 1988 e em conformidade com as leis vigentes no país
2 (Estatuto da UFAC)

- 3 • é pessoa jurídica de direito público, mantida pela União, dotada de autonomia
4 didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e
5 patrimonial (Estatuto da UFMG)
- 6 • tem por finalidade precípua a educação superior voltada à produção de
7 conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, integrado no ensino,
8 na pesquisa e na extensão, tendo em vista o pleno desenvolvimento do ser
9 humano, a formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e
10 empenhados em iniciativas que promovam o desenvolvimento da sociedade em
11 bases sustentáveis (UFOPA).

12

13 PRINCÍPIOS

- 14 • natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade do Estado (UNB);
15 o ensino público e gratuito (UFPA); - natureza pública e gratuita do ensino
16 (UFOPA); gratuidade do ensino / educação como bem público (UFFS);
- 17 • liberdade de ensino, pesquisa e extensão e de difusão e socialização do saber,
18 sem discriminação de qualquer natureza (UNB); o pluralismo de idéias e de
19 pensamento(UFPA); incentivo ao interesse pelas diferentes formas de expressão
20 do conhecimento popular (UNB); garantia da liberdade de manifestação de
21 pensamento e a livre produção e transmissão de conhecimento; (UFMG);
22 liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o
23 saber(UFOPA); respeito à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o
24 pensamento, a arte e o saber, e apreço à tolerância no acolhimento de
25 posicionamentos e posturas acadêmicas divergentes (UFFS);
- 26 • universalidade do conhecimento e fomento à interdisciplinaridade e
27 transdisciplinaridade, como mecanismo de evitar a fragmentação do saber;
28 (UFAC ; UNB); orientação humanística da formação artística, literária, científica
29 e técnica (UNB); indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e
30 multidimensionalidade do conhecimento e dos saberes, na fundamentação
31 de seus projetos, como condições fundamentais que concorram para superar
32 a fragmentação dos modelos, experiências e práticas formativas em suas
33 diversas áreas de formação profissional (UFAC); respeito e valorização da
34 diversidade cultural, étnica, do pluralismo de ideias e concepções acadêmico-
35 científicas (UFOPA); a universalização do conhecimento (UFPA); universalidade
36 do conhecimento, do fomento à interdisciplinaridade e da valorização das
37 práticas regionais (UFOPA); formação e produção do conhecimento, orientado
38 pelo compromisso com o desenvolvimento regional, com a construção de uma
39 sociedade justa, plural, democrática e participativa, em uma perspectiva multi,
40 inter e transdisciplinar (UFOPA); universalidade do conhecimento, amparada na
41 interdisciplinaridade e no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas
42 (UFFS)

- 1
- 2 • garantia de qualidade (UNB); avaliação e aprimoramento constante da qualidade
- 3 de seus serviços (UFAC); a excelência acadêmica(UFPA); promoção da excelência
- 4 acadêmica (UFOPA)
- 5 • intercâmbio permanente com instituições nacionais e internacionais (UNB).
- 6 • compromisso com a democracia social, cultural, política e econômica (UNB);
- 7 compromisso com a democratização da educação no que concerne à gestão, à
- 8 igualdade de oportunidade de acesso, e com a socialização de seus benefícios
- 9 (UNB); democratização do acesso e permanência na Universidade, adotando
- 10 políticas e ações afirmativas para superação das desigualdades sociais e
- 11 discriminação de qualquer natureza(UFOPA); equidade de condições de acesso
- 12 e permanência dos diferentes sujeitos sociais na Educação Superior (UFFS);
- 13 • compromisso com o desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e
- 14 socioeconômico do País (UNB); - desenvolvimento cultural, artístico, científico,
- 15 tecnológico e socioeconômico regional e nacional, de forma sustentável (UFFS);
- 16 • vinculação entre a educação, o trabalho e as práticas sociais e valorização da
- 17 experiência extraescolar (UFFS)
- 18 • compromisso com a paz, com a defesa dos direitos humanos e com a
- 19 preservação do meio ambiente (UNB); respeito à dignidade da pessoa humana e
- 20 seus direitos fundamentais (UFRGS); defesa do direito de oportunidade,
- 21 considerando-se as diferenças individuais (UFAC); respeito às diferenças de
- 22 gênero, orientação sexual, raça/etnia e credo religioso Estatuto da (UFCA); a
- 23 defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente (UFPA); não
- 24 tomar posição sobre questões político-partidárias e religiosas, bem como adotar
- 25 medidas baseadas em preconceitos de qualquer natureza (UFMG); o respeito à
- 26 ética e à diversidade étnica, cultural e biológica(UFPA); respeito aos direitos
- 27 humanos e ao meio ambiente(UFOPA);
- 28 • compromisso com a preservação e conservação do meio ambiente e
- 29 desenvolvimento autossustentável (UFAC); preservação do meio ambiente e
- 30 construção de espaços sustentáveis de convivência (Estatuto da UFCA);
- 31 compromisso com o desenvolvimento sustentável em uma visão integrativa das
- 32 expressões culturais, econômicas e ecológicas da Amazônia (UFOPA);
- 33 • valorização dos profissionais do ensino (UFRGS)
- 34 • reconhecimento das atividades artísticas, culturais e esportivas como
- 35 fundamentais para a formação da comunidade universitária (UFCA);
- 36 • fortalecimento da integração entre a Universidade e a Escola Pública (UFCA).
- 37 • a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (UFPA; UFOPA);
- 38 • a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos (UFPA);
- 39 diversidade de métodos, critérios e procedimentos didático-científicos e
- 40 acadêmicos(UFOPA);
- 41 • legalidade, impessoalidade, moralidade, imparcialidade, publicidade, eficiência,
- 42 eficácia e efetividade (UFFS).
- 43 •

1

2

FINALIDADES

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

- promover e desenvolver todas as formas de conhecimento, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão (USP); o trabalho de pesquisa e investigação científica, filosófica e tecnológica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive (UFRJ); o ensino, a partir da democratização do acesso e da permanência na Instituição, visando à formação de excelência acadêmica e profissional, inicial e continuada, nos diferentes campos do saber, estimulando a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento crítico reflexivo (UFFS); a pesquisa e investigação científica em todos os campos do saber, de modo especial em temas ligados à problemática científico-tecnológica, social, econômica, ética, estética, cultural, política e ambiental (UFFS); a extensão universitária, aberta à participação da população, visando à produção conjunta de avanços, conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e artística e da pesquisa científica e tecnológica (UFFS).
- ministrar o ensino superior visando à formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional em todas as áreas do conhecimento, e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais (UFRGS; USP)
- estender à sociedade serviços indissociáveis das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão (USP); prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade (UFRJ)
- ministrar o ensino superior visando à formação de pessoas capacitadas ao exercício da profissão nos diferentes campos de trabalho, da investigação, do magistério e das atividades culturais, políticas e sociais (UFRGS)
- valer-se dos recursos humanos e materiais da comunidade, para integração dos diferentes grupos sociais e étnicos à Universidade (UFRGS)
- constituir-se em fator de integração da cultura nacional e da formação de cidadãos, estimulando o desenvolvimento de uma consciência ética na comunidade universitária (UFRGS)
- cooperar com os poderes públicos, universidades e outras instituições científicas, culturais e educacionais brasileiras, estrangeiras e internacionais (UFRGS)
- a criação artística (UFRJ); estimular a criação cultural e o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, de forma a gerar, sistematizar, aplicar e difundir o conhecimento em suas várias formas de expressão e campos de investigação científica, cultural e tecnológica (UFPA); promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação (UFRJ)

- 1 • suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e
2 possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos
3 que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do
4 conhecimento de cada geração (UFRJ)
- 5 • estimular o conhecimento de problemas do mundo presente, em particular os
6 nacionais e regionais (UFRJ); manter, a partir da preocupação com a realidade
7 amazônica, compromisso com os povos indígenas, reconhecendo a dívida
8 histórica da sociedade brasileira e construindo possibilidades concretas para
9 sua inserção plena na vida universitária e no exercício da cidadania (UFAM);
10 estudar os problemas socioeconômicos da comunidade, com o propósito de
11 contribuir para o desenvolvimento regional e nacional, bem como para a
12 qualidade da vida humana (UFRGS); compromisso com a inclusão e a justiça
13 social e combate às desigualdades sociais e regionais (UFFS); defesa da dignidade
14 e dos direitos humanos e combate aos preconceitos de qualquer natureza
15 (UFFS);
- 16 • atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica,
17 mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas
18 pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os
19 dois níveis escolares (UFCA).
- 20 • formar e qualificar continuamente profissionais nas diversas áreas do
21 conhecimento, zelando pela sua formação humanista e ética, de modo a
22 contribuir para o pleno exercício da cidadania, a promoção do bem público e a
23 melhoria da qualidade de vida, particularmente do amazônida (UFPA);
- 24 • cooperar para o desenvolvimento regional, nacional e internacional, firmando-
25 se como suporte técnico e científico de excelência no atendimento de serviços
26 de interesse comunitário e às demandas sócio-político-culturais para uma
27 Amazônia economicamente viável, ambientalmente segura e socialmente justa
28 (UFPA).
- 29 •

30 **b) Universidade na Amazônia (alguns itens foram destacados dos princípios e**
31 **finalidades acima)**

- 32 • formar profissionais que atendam aos interesses da região amazônica (UNIR)
- 33 • estimular os estudos sobre a realidade brasileira e amazônica, em busca de
34 soluções para os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e
35 social da região (UNIR)
- 36 • formar e qualificar continuamente profissionais nas diversas áreas do
37 conhecimento, zelando pela sua formação humanista e ética, de modo a
38 contribuir para o pleno exercício da cidadania, a promoção do bem público
39 e a melhoria da qualidade de vida, particularmente do amazônida (UFPA)
- 40 • cooperar para o desenvolvimento regional, nacional e internacional,
41 firmando-se como suporte técnico e científico de excelência no atendimento
42 de serviços de interesse comunitário e às demandas sócio-político-culturais

1 para uma Amazônia economicamente viável, ambientalmente segura e
2 socialmente justa (UFPA)

- 3 • manter, a partir da preocupação com a realidade amazônica, compromisso com
4 os povos indígenas, reconhecendo a dívida histórica da sociedade brasileira
5 e construindo possibilidades concretas para sua inserção plena na vida
6 universitária e no exercício da cidadania (UFAM)

8 **c) Autonomia, financiamento e gestão democrática**

9 **c.1) Autonomia**

10 **Texto problematizador**

11
12 [...] observamos como o conceito de autonomia universitária foi
13 apropriado pelas correntes conservadoras que disseminam a ideia de que
14 este preceito constitucional significa a autonomia que a universidade possui
15 para adquirir recursos no âmbito privado, ou seja, trata-se de uma
16 concepção que respalda as contrarreformas aprofundadas desde os anos de
17 1990, no sentido da desresponsabilização do Estado no provimento do
18 direito à educação.

19 Os debates sobre o conceito de autonomia universitária estão longe
20 de consensos. Contudo, observando as contradições e o movimento do real
21 e ao levarmos em consideração as lutas de classe e as correlações de força,
22 podemos considerar que a autonomia é sempre relativa, ou seja, a
23 universidade pode ter maior ou menor grau de autonomia, a depender das
24 correlações de força entre os diferentes interesses apresentados pelas
25 distintas classes sociais. Além disso, no cenário contemporâneo, reivindica-
26 se a autonomia não só em relação ao Estado e à Igreja, mas também ao
27 mercado. Parafraseando Raniere (2013, p. 74), “a autonomia é [...] relativa.
28 Sujeita-se aos constrangimentos materiais, sociais e políticos da sociedade
29 em que se insere. As circunstâncias externas à universidade – mercado e
30 autoridade estatal – tanto quanto as internas – oligarquia acadêmica –
31 podem imprimir-lhe marcas e direções”.

32 A autonomia universitária concebida como a capacidade de direção
33 que a universidade possui sendo autônoma frente aos anseios do mercado
34 e do Estado – sem que isso implique a recusa do Estado em financiar
35 integralmente as atividades pertinentes a esta instituição de ensino – tem
36 sido descaracterizada e colocada como a necessidade da universidade se
37 autofinanciar, seja cobrando pelos ‘serviços’ oferecidos (como os cursos de
38 especialização), seja produzindo ‘produtos’ para a venda (como a produção
39 de pesquisas ‘encomendadas’ por empresas) e outras atividades. Essas
40 ações estão envoltas de uma concepção privatista que induz as

1 universidades a capturem recursos no mercado sob a tônica atual do
2 famigerado empreendedorismo.

3 Há de se ressaltar que esta tendência articula-se ao parco
4 financiamento das políticas sociais. É bem verdade que no Brasil nunca
5 houve muitos recursos financeiros para a política social. O que existe de
6 “novo” (ou talvez seja melhor dizer atual) é que na cena contemporânea os
7 recursos do fundo público têm sido desviados frequentemente para a
8 sustentação do capital financeiro e de atividades privadas. Além disso,
9 precisamos destacar a forte influência dos organismos internacionais na
10 condução destas medidas.

11 A tentativa de regulamentar a autonomia por meio de uma lei
12 específica e única não seguiu adiante dadas as pressões de entidades
13 importantes como o ANDES, que foram contra o ‘enquadramento privatista
14 do preceito da autonomia universitária’. Todavia, outras legislações
15 aprovadas durante os mandatos presidenciais de Lula e Dilma estão
16 completamente afinadas com a lógica neoliberal de repasse de recursos
17 públicos para serviços privados e de captação de fontes privadas para o
18 público. Prova disto é a existência da lei de inovação tecnológica (lei nº
19 10.973/2004), da lei que autoriza as parcerias entre o público e o privado (lei
20 nº 11.079/2004), do PROUNI (lei nº 11.096/2005), da chamada Lei do Bem
21 (lei nº 11.196/2005), do atual Plano Nacional de Educação (lei nº
22 13.005/2014) e várias outras normatizações que seguem a mesma intenção.
23 Todas essas formulações têm sido reproduzidas com a anuência de um
24 Estado neoliberal e também penal, que mostra, assim, o seu
25 descompromisso com a reprodução digna da vida humana.

26 Ao final, esperamos ter deixado claro que cabe ao Estado a
27 responsabilidade com a elaboração e implementação da política de
28 educação pública, sendo imprescindível a garantia de recursos financeiros,
29 humanos e materiais compatíveis com as necessidades das atividades de
30 ensino, pesquisa e extensão. A autonomia das universidades não pode
31 significar o não repasse de recursos públicos para a instituição, pois este é
32 um dever do Estado. À universidade não cabe captar recursos no mercado e
33 sim gerir os recursos públicos repassados (RIBEIRO, 2016, p. 112-113).

34 35 **Elaborações de universidades brasileiras**

- 36
- 37 • Autonomia Didático Científica [...] consiste na liberdade para estabelecer
38 políticas e concepções educacionais na produção e disseminação do
39 conhecimento, considerando a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e
40 extensão (UFOPA).
 - 41 • A autonomia didático-científica consiste na faculdade de (UFMG):

- 1 _estabelecer a política de ensino, pesquisa e extensão, indissociáveis no âmbito
2 da Universidade;
- 3 _criar, organizar, avaliar, modificar e extinguir cursos e programas na forma da
4 lei;
- 5 _estabelecer currículos e programas de cursos;
- 6 _estabelecer número de vagas de cursos;
- 7 _estabelecer o regime escolar e didático;
- 8 _estabelecer critérios para seleção, admissão, promoção e habilitação de alunos;
- 9 _estabelecer planos e programas de ensino, pesquisa e extensão;
- 10 _conferir graus, diplomas, títulos e outras dignidades universitárias.
- 11
- 12 • A autonomia administrativa consiste na faculdade de:
- 13 _- elaborar, aprovar e executar a política geral de administração da Universidade
14 (UFMG;UFFS);
- 15 _aprovar e alterar o próprio Estatuto, o Regimento Geral e as resoluções
16 normativas (UFMG;UFFS);
- 17 _encaminhar à autoridade competente, quando for o caso, os nomes indicados
18 para o exercício de funções diretivas (UFMG); - realizar os processos de escolha
19 dos dirigentes da Instituição, de acordo com a legislação em vigor, como
20 princípio de gestão democrática do ensino superior, e assegurado o processo de
21 consulta à comunidade universitária (UFFS)
- 22 _dispor sobre o pessoal docente e o técnico e administrativo, respeitada a
23 legislação específica, estabelecendo direitos e deveres, normas de seleção,
24 admissão, avaliação,
- 25 _promoção, licenciamento, substituição, dispensa, exoneração e demissão, bem
26 como plano de cargos e salários e programas de estímulo à melhoria de
27 desempenho funcional (UFMG); dispor sobre política de pessoal docente e
28 técnico-administrativo, estabelecendo normas de seleção, admissão, remoção,
29 redistribuição, avaliação, promoção, licenciamento, substituição, dispensa,
30 exoneração e demissão, direitos e deveres, bem como programas de formação
31 e estímulo para a melhoria de desempenho funcional (UFFS);
- 32
- 33 • A autonomia de gestão financeira e patrimonial consiste na faculdade de:
- 34 _administrar o próprio patrimônio e dele dispor, observada a legislação
35 pertinente (UFMG; UFFS).
- 36 _firmar contratos, acordos e convênios;
- 37 _aceitar subvenções, doações, legados e cooperação financeira; elaborar e
38 executar o próprio orçamento de receita e despesa (UFMG); aceitar, receber e
39 gerir subvenções, doações, legados e cooperação financeira provenientes de
40 convênios com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais (UFFS);
- 41 - celebrar convênios, contratos e ajustes, inclusive de cooperação financeira,
42 com entidades públicas e privadas, bem como contrair empréstimos para
43 atender às suas necessidades (UFFS)
- 44 _administrar os recursos próprios;

1 _adotar regime contábil e financeiro que atenda às peculiaridades de
2 organização e funcionamento da Instituição (UFFS)

3 _elaborar e executar orçamentos anuais e plurianuais de receita e despesa
4 (UFMG;UFFS)

5 _aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a
6 obras, serviços e aquisições em geral UFMG;UFFS);

7 _realizar operações de crédito e oferecer garantias, obedecida a legislação
8 pertinente, para aquisição de bens móveis e imóveis e execução de benfeitorias,
9 desde que necessárias, bem como para compra e montagem de equipamentos
10 (UFMG;UFFS);

11 _efetuar transferências, dar quitações e tomar outras providências de ordem
12 orçamentária, financeira e patrimonial UFMG; UFFS).

- 13
14 • A autonomia disciplinar consiste na faculdade de (UFMG):

15 _estabelecer critérios e normas adequados ao desenvolvimento das atividades
16 acadêmicas e administrativas a serem observados pelos corpos docente,
17 discente e técnico e administrativo (UFMG;UFFS);

18 _prescrever medidas contra a inobservância dos preceitos adotados e
19 estabelecer o regime de sanções pertinentes, com ênfase educativa, obedecidas
20 as prescrições legais.

21 **c.3) Gestão Democrática**

22 **Texto problematizador:**

23 [...] Não chega a ser surpreendente que o Banco Mundial, ao discutir
24 a educação superior latino-americana, em especial ao fazer projeções,
25 recomendações e sugestões do que seriam “boas políticas”, se limite a
26 mencionar um único tipo de educação superior: a educação terciária.
27 Considerando que entre as Federais muitas ainda possuem uma
28 considerável pós-graduação e muitos grupos de pesquisa, é de se prever que
29 as grandes linhas delineadas no Plano Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação
30 2005-2010 serão radicalizadas. Essas instituições esvaziadas em sua (já
31 frágil) autonomia, guiadas pelo utilitarismo e pelo pragmatismo, e
32 estruturadas para formar nos moldes da certificação massiva, mas vazia,
33 perderão suas características de instituição e se converterão em
34 organizações (CHAUÍ, 2000). As contra-reformas originadas nos acordos de
35 Bolonha, nas fórmulas bancomundialistas e nas proposições dos Tratados de
36 Livre Comércio (e em nível nacional, nas Parcerias Público-Privadas - PPP)
37 tornam a gestão das universidades cada vez mais parecidas com a de uma
38 empresa, esvaecendo o seu caráter de instituição da sociedade voltada para
39 a formação humana e para a produção do conhecimento engajado na
40 solução de problemas nacionais. A docência e a carreira acadêmica passam
41 a ser balizadas por uma outra lógica. Como os professores são os principais

1 agentes construtores da universidade, é possível supor que muitos docentes
2 operam essas transformações e são por elas afetados. A concepção do que
3 vem a ser conhecimento, como indicado neste artigo, tem sido modificada
4 quando o labor acadêmico naturaliza a subordinação do que é dado a pensar
5 ao capital. Prevalece uma concepção pragmática de conhecimento,
6 adequada às competências e às habilidades práticas. Se a proposta é o
7 pragmatismo nas ações – alcançar o mais útil e mais eficaz no espaço mais
8 curto de tempo, pois, afinal, como reivindicava James e hoje proclama Rorty,
9 a verdade é o que é útil para a ação – a sociabilidade do conhecimento é
10 também o terreno fértil da reconfiguração de conceitos, a começar pelo do
11 próprio conhecimento (MORAES et. al., s/d). O trabalho intelectual é
12 contraditório com a lógica do capital. O seu tempo não pode ser enquadrado
13 no tempo do processo de trabalho capitalista. O tempo da criação
14 intelectual transborda o processo do capital tal como este se efetiva nas
15 unidades industriais, agrícolas, comerciais e de serviços. Quem escreve um
16 romance, um livro, um trabalho acadêmico é invadido por intuições, idéias
17 e um tempo dedicado a leituras, tempo que não pode ser definido por
18 parâmetros capitalistas. Simplesmente porque as idéias e as intuições
19 invadem todo o tempo concentrado na criação intelectual. Como remunerar
20 esse tempo? Qual o valor desse labor? (BEZERRA & SILVA, 2006). Ora, se o
21 capital encontra formas de gerir até mesmo o tempo livre, como observou
22 Adorno (1995) em sua crítica à indústria cultural, certamente encontraria
23 uma maneira de submeter o tempo da criação intelectual à sua lógica. Ao
24 fazê-lo, no entanto, o transforma, e ao transformá-lo, incide na própria
25 criação, mudando seu teor, seu caráter e sua natureza, convertendo-o em
26 produto que será avaliado conforme regras de mercado. A intensificação do
27 trabalho docente, a redefinição de suas atribuições – tanto em sua forma
28 como em seu conteúdo –, a divisão estabelecida pela crescente contratação
29 de professores substitutos como tática para ampliação do ensino superior
30 nas instituições públicas são estratégias para desarticulação da carreira
31 docente – uma conquista histórica – e do projeto de universidade em que
32 pesquisa, ensino e extensão são indissociáveis. Mudam os atores em cena,
33 muda a cena, e novos atores são formados, adaptados ao novo cenário. A
34 diferença básica entre um docente-pesquisador e um empreiteiro não está,
35 no entanto, restrita à quantidade e à velocidade do trabalho realizado ou às
36 modificações nas relações de trabalho: como assinalado, é um outro *ethos*
37 acadêmico (o capitalismo acadêmico periférico). A lógica do capital
38 transforma o docente-pesquisador em empreiteiro quando este, ao adequar
39 a sua criação intelectual a um determinado valor mensurado de uma forma
40 determinada, conforma o seu labor a padrões possíveis, restringindo os
41 temas e a epistemologia aos marcos do pensamento único. Os critérios e

1 indicadores que supostamente asseguram o valor acadêmico de uma
2 determinada produção estão imbricados em mecanismos produtivistas
3 como a GED, as bolsas de produtividade, o sistema Qualis, o Scielo etc. Se
4 por um lado argumenta-se que esses são necessários à avaliação e à
5 conformação a padrões internacionais (que não são neutros, expressando a
6 correlação de forças na batalha das idéias), por outro, ao avaliar e ao
7 conformar os referidos critérios, impõem padrões que devem ser acatados
8 caso o professor queira prosperar em sua trajetória acadêmica junto ao
9 aparato de CT&I externo a universidade. O risco de adotar lentes que mais
10 deformam do que contribuem para tornar pensáveis a realidade do país é
11 obviamente muito grande. A lógica utilizada para avaliação e classificação de
12 publicações é imposta nos diversos campos de estudos a partir de índices
13 como o Journal Citation Report- JCR. O JCR afere a importância de um
14 suporte de comunicação científica – supostamente seu impacto social –
15 mensurando a quantidade e a velocidade com que um artigo é citado a partir
16 de sua publicação. Evidentemente, o sistema somente avalia artigos
17 publicados em suportes já indexados ao seu banco de dados – Science
18 Citation Index (SCI) –, o qual conta com rígidos critérios de seleção, a
19 respeito dos quais somente cabe adequação, e valoriza determinadas áreas
20 do conhecimento e, dentro destas, os suportes autorizados como confiáveis.
21 A tendência para a avaliação e classificação das publicações nacionais segue
22 a mesma lógica do JCR, estando já sujeitas à indexação às bases de dados –
23 cada qual com seus critérios de seleção – e às considerações de outras
24 instâncias, tais como sociedades científicas etc. Em nenhum momento, a
25 Universidade – ou os profissionais nela atuantes – é citada como um lugar
26 em que observações podem ser feitas e fronteiras delineadas. Há, assim, um
27 complexo sistema que, em última instância, limita o alcance da problemática
28 científica, o que será pesquisado e divulgado, como e onde. Escolhas feitas
29 à margem de tais contornos encontram dificuldades de toda ordem,
30 inclusive na quantidade e qualidade do tempo que o profissional poderá
31 dispensar a suas atividades de escolha. Há que se perguntar, certamente, na
32 composição desse novo quadro, qual o tempo da criação intelectual. Ainda,
33 como pode haver criação intelectual se há tão pouca margem para escolhas
34 reais, concretas, que resultam e se fazem resultado desse mesmo processo
35 de criação? É de se indagar se não está havendo um processo de
36 expropriação do saber do docente universitário por meio da ação do Estado
37 e da crescente subordinação do trabalho ao capital. Quando o capital se
38 sobrepõe ao trabalho livre por meio de constrangimentos diretos e indiretos
39 – o financiamento, o valor simbólico do que foi produzido, os suportes que
40 farão os estudos circularem, a inclusão do professor no sistema de
41 produtividade científica etc. – está evidente que a universidade está se

1 afastando da função social que fez da universidade latino-americana uma
2 instituição relevante para seus povos. Conhecimento autônomo,
3 universidade e protagonismos A resistência à ofensiva privada-mercantil
4 sobre a universidade pública tem de ser configurada como estratégica.
5 Medidas reativas ou palavras de ordem limitadas a denunciar os alçozes da
6 universidade pública dificilmente poderão reverter esse quadro tão
7 entranhado na realidade social do país e da América Latina. Embora o
8 quadro da educação pública em geral seja sumamente preocupante, ele é
9 bastante grave na ótica daqueles que se insurgem contra o aprofundamento
10 da condição capitalista dependente do país. Para os setores dominantes
11 tudo é uma questão de eficiência, de gestão e de adequação das
12 organizações educacionais ao momento miraculoso da economia brasileira.
13 A lógica destrutiva que converte os professores em empreendedores e as
14 universidades em organizações terciárias não é impulsionada puramente a
15 partir de fora da universidade. Longe disso. Setores importantes abraçaram
16 a tese de que não há como mudar substancialmente o curso da
17 mercantilização da educação, sendo possível somente atenuá-lo aqui e ali
18 ou, pior, como não é admissível um outro projeto, o melhor é associar-se ao
19 empreendedorismo. Mas não é possível perder de vista que existe um marco
20 mais amplo em que essas transformações acontecem e que esse contexto é
21 determinante. Claramente, a universidade produtora de conhecimento
22 original não é uma causa de quaisquer das principais frações locais da
23 burguesia, nem do setor que vive de juros, nem do setor agro-mineral, nem
24 dos que exportam commodities em geral. Pela primeira vez na história
25 latino-americana o futuro da universidade está nas mãos dos que lutam por
26 mudanças estruturais na base material e no plano da cultura. Nessa
27 perspectiva, trata-se de produzir conhecimento de novo tipo para que a
28 ação política para desmercantilizar a economia e a cultura possa se sobrepor
29 ao processo de coisificação dos seres humanos. Uma universidade
30 autônoma e comprometida com os problemas nacionais terá muito a
31 aprender com os movimentos que estão empreendendo transformações
32 sociais estruturais por meio de uma radical reorganização de atos, de
33 palavras e de símbolos. Temas como a crítica ao eurocentrismo, ao falso
34 universalismo liberal e a defesa de uma universidade de fato intercultural
35 constituída por espaços públicos capazes de garantir processos de produção
36 e socialização do conhecimento emancipatório, com base em novas
37 epistemologias não eurocêntricas, críticas ao modo único de produzir
38 conhecimento preconizado pelos neopositivistas ou pelo vazio relativismo
39 epistemológico, são demandas de todos os movimentos que propugnam
40 uma universidade em que caibam todos os povos e perspectivas de
41 produção rigorosa de conhecimento. A defesa de condições materiais e

1 institucionais para que o trabalho docente possa levar essas tarefas adiante
 2 é parte dessa estratégia. É certo que a reforma radical da universidade
 3 requer avanços nas lutas anticapitalistas. O possível ascenso das lutas sociais
 4 será virtuoso para as lutas universitárias, hoje desenvolvidas em um escopo
 5 relativamente restrito. Mas é igualmente correto sustentar que hoje as
 6 universidades podem criar canais de diálogo, produzir estudos relevantes
 7 sobre grandes problemas e dilemas da humanidade e implementar
 8 processos de formação em conjunto com os lutadores sociais que poderão
 9 potencializar e elevar a autoconsciência dos protagonistas das lutas anti-
 10 sistêmicas, assegurando-lhes um caráter mais latino-americano e universal.
 11 Por tudo isso, a construção de agendas que abram o diálogo com os
 12 movimentos sociais anti-sistêmicos, organizando lutas articuladas, são
 13 medidas que podem fortalecer a dimensão pública das universidades. Para
 14 tanto, a universidade tem de ser um lugar aberto ao tempo, capaz de
 15 mobilizar a energia criadora de todos os que recusam o vaticínio do fim da
 16 história! (LEHER e LOPES, 2008, p. 20-24).

17

18 **Elaborações das Universidades:**

- 19 • compromisso com processos e procedimentos democráticos de eleição
- 20 universitária (UFAC)
- 21 • compromisso com a democratização da educação no que concerne à gestão, à
- 22 igualdade de oportunidade de acesso, e com a socialização de seus benefícios
- 23 (UNB)
- 24 • gestão democrática (UFRGS); gestão democrática, descentralizada e
- 25 transparente, baseada na colegialidade e representatividade das categorias que
- 26 compõem a comunidade universitária (UFOPA); - gestão democrática e ética no
- 27 trato da coisa pública (UFFS);
- 28 • Escolha de dirigentes: encaminhar à autoridade competente, quando for o caso,
- 29 os nomes indicados para o exercício de funções diretivas (UFMG); - realizar os
- 30 processos de escolha dos dirigentes da Instituição, de acordo com a legislação
- 31 em vigor, como princípio de gestão democrática do ensino superior, e
- 32 assegurado o processo de consulta à comunidade universitária (UFFS)
- 33

34 **REFERÊNCIAS:**

- 35 CATANI, Afrânio Mendes. O papel da universidade pública hoje: concepção e função.
 36 *Jornal de políticas educacionais*, n 4, jul-dez 2008, p. 04–14.
- 37 RIBEIRO, Daniella Borges. A autonomia universitária na era da parceria público-privado.
 38 *Revista Universidade e Sociedade*, n 58 Jun 2016, p. 104-115.
- 39 LEHER, Roberto; LOPES, Alessandra. Trabalho docente, carreira e autonomia
 40 universitária e mercantilização da educação. VII SEMINÁRIO REDESTRADO – NUEVAS
 41 REGULACIONES EN AMÉRICA LATINA. Buenos Aires, 3, 4 y 5 de julio de 2008.